

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA
ASSEMBLEIA NACIONAL DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE SÃO-TOMÉ E PRÍNCIPE, POR
OCASIÃO DA 143ª ASSEMBLEIA GERAL DA UNIÃO
INTERPARLAMENTAR,**

Madrid, 26-30 de Novembro de 2021

Senhor Presidente,

Caras e caros colegas parlamentares,

Excelências,

Permitam-me, que comece por saudar o Senhor Duarte Pacheco, ilustre Presidente da nossa organização, saudar de igual modo, os demais Presidentes e chefes das Delegações dos Parlamentos dos distintos países membros e, bem assim, a todos os presentes, desejar uma participação à altura dos desígnios de mais um importante evento, o qual se subordina aos desafios contemporâneos para a democracia, pela superação da divisão e da construção de comunidade.

Aproveito esta sublime oportunidade para agradecer a toda a equipa envolvida na organização deste evento, dada a forma tão calorosa e

hospitaleira como fomos recebidos nesta maravilhosa cidade de Madrid.

Caras e Caros Parlamentares,

Excelências,

Antes de entrar no âmago do tema seleccionado para o debate na presente Assembleia-geral, peço a vossa indulgência para manifestar aos representantes do povo de diversos países do mundo, a nossa profunda preocupação com o alastrar da pandemia Covid-19, de forma exponencial, continuando a contaminar e ceifar vidas humanas, não obstante as medidas de prevenção, que se inclui a vacinação em massa. Por isso, quero apelar a todos uma maior coesão, unidade e serenidade no combate a este flagelo. Em nome do povo de São-Tomé e Príncipe, quero endereçar os nossos sentimentos de pesar a todas as famílias que perderam os seus entes queridos por esta maldita doença e manifestar perante vós e o mundo toda a nossa solidariedade e gratidão pelas ajudas que nos têm sido concedidas neste domínio.

Senhor Presidente,

O mundo vive hoje uma indisfarçável crise democrática, caracterizada pela dificuldade manifesta na conexão entre a vontade popular e a vontade expressa pela maioria parlamentar, sendo que, para agravar a situação, a pandemia do Covid-19 assumiu proporções drásticas que acabaram por criar um ambiente propício ao embate social, afectando sobremaneira a relação dos cidadãos com as novas tecnologias, especialmente nos países que já vinham demonstrando certas fragilidades a nível institucional.

De facto, enfrentar os desafios contemporâneos da democracia requer um esforço concertado tanto a nível nacional como internacional, pelo que, pese embora as especificidades do modelo democrático de cada país, é imprescindível que reflectamos em conjunto sobre as novas acções a desenvolver, evitando assim que a democracia se transfigure num mero sistema político, de modo que os seus princípios se possam incorporar na lógica da vida quotidiana das pessoas e sua interacção na sociedade.

Caros colegas,

Para superar a divisão e construir a comunidade, temos que ser capazes, na tomada de todas as decisões de interesses relevantes que favoreçam a qualidade de vida em sociedade, ter sempre em atenção os direitos das minorias, as questões inerentes à vida e à dignidade, a

protecção dos migrantes, os direitos sociais, os mecanismos de verdadeira participação popular, tais como o direito de escolher o próprio caminho de vida e de ser respeitado nessa escolha, propiciando uma vida condigna e satisfatória, de acordo com as próprias aptidões, desejos e valores.

Respondendo de uma forma geral às pertinentes questões levantadas pela união inter-parlamentar, importa salientar que a polarização política é um fruto de competição partidária - normal em democracia, mas as suas consequências podem ser danosas ao funcionamento do desejável debate político. Em determinadas situações, os seus efeitos implicam o impasse legislativo, a baixa produtividade, a quebra de confiança nas instituições e a falta de urbanidade e civilidade. Neste âmbito, deve-se ter em conta a divergência de atitudes ou posicionamentos ideológicos por parte dos diferentes actores políticos e possuir a capacidade para lidar com as suas diferenças e respeitar os seus pontos de vista.

Reportando-nos à intervenção por nós proferida aquando da realização da 5ª Conferência Mundial dos Presidentes dos Parlamentos membros da UIP, somos peremptórios em reiterar que a desinformação e o discurso de ódio constituem flagrante violação dos direitos humanos e pela sua dimensão, tanto a nível on-line como

off-line, assim como os danos potenciais que podem provocar em processos democráticos, impõe que se repise que nós, parlamentares, devemos optar por medidas legislativas específicas, no âmbito do Código Penal, que tipifiquem o crime de desinformação e de discurso de ódio, bem como definição das respectivas penas.

Outro papel preponderante consiste na aplicação de acções de aprendizagem, de modo a tornar a população consciente desse tipo de práticas, devendo para tal, a necessidade de inclusão de grupos sub-representados na sociedade na materialização de todo esse processo.

Eis a modesta e singela contribuição que me apraz apresentar à vossa sábia consideração, no momento tão significativo de gozar deste raro privilégio.

Muito obrigado pela atenção dispensada.